2

ª atualização: Portaria nº 100 de

2

8 de janeiro de 2022



P L A N O D E E X P A N S Ã O

D A D E F E N S O R I A PÚBLICA DA B A H I A

2ª atualização: Portaria nº 100 de 28 de janeiro de 2022



P L A N O D E

E X P A N S Ã O

D A D E F E N S O R I A

PÚBLICA DA B A H I A

ª atualização: Portaria nº 100 de

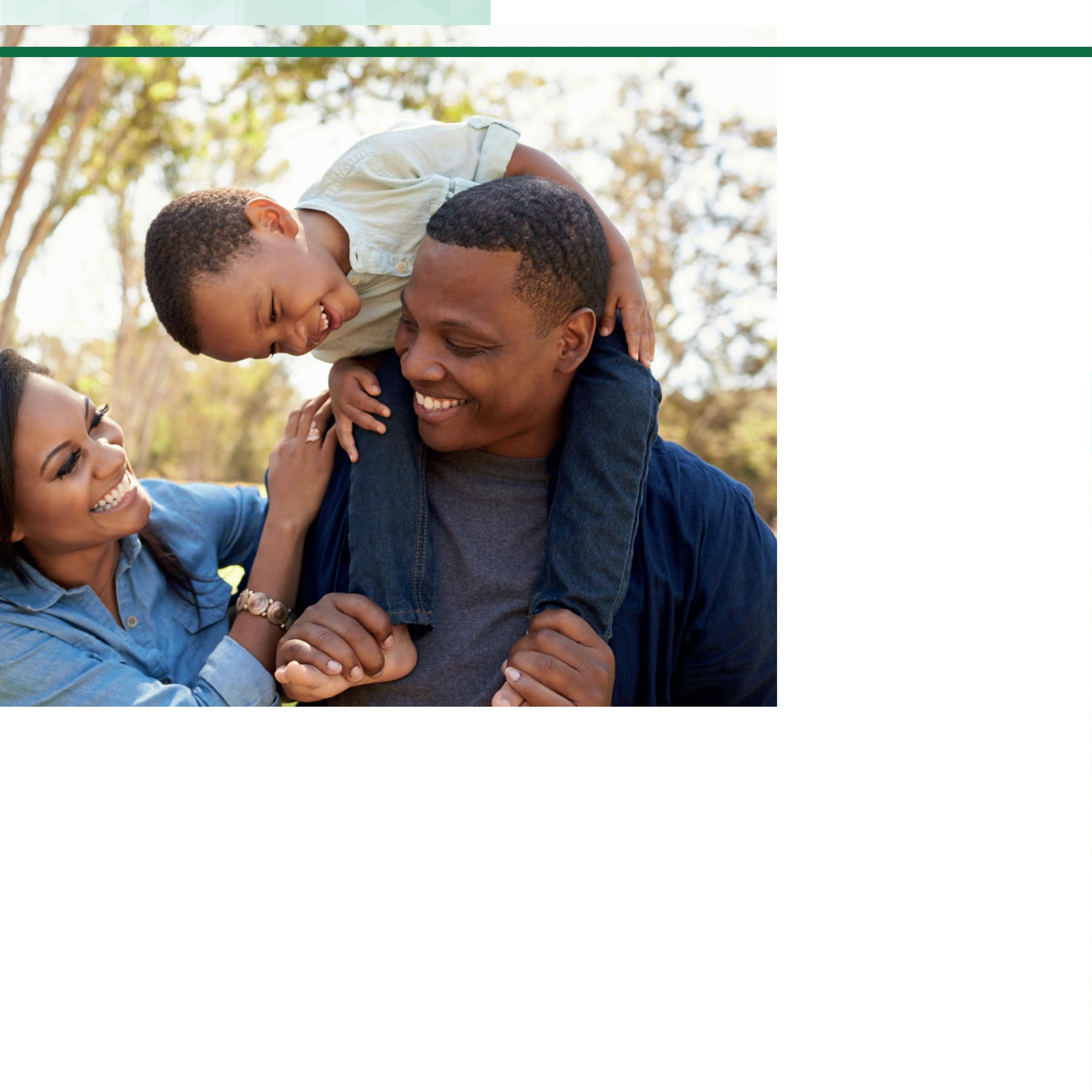
2

28 de janeiro de 2022

4



5



Administração

Defensoria Pública Geral

Rafson Saraiva Ximenes

Coordenação do Núcleo de Integração

Cristina Ulm Ferreira Araújo (Não-Penal)

Gil Braga de Castro Silva (Não-Penal)

Maurício Garcia Saporito (Penal)

Subdefensoria Pública Geral

Firmiane Venâncio do Carmo Souza

Coordenação da Instância Superior

Carla Guenem da Fonseca Magalhães

(Não-Penal)

Assessoria do Gabinete

Cynara Fernandes Rocha Gomes

Fernanda Nunes Morais da Silva

Juliane Andrade Pereira Machado

Rita de Cássia Moure Orge Lima (Penal)

DP Especializada de Família

Analeide Leite de Oliveira Accioly

Marcelo dos Santos Rodrigues

Corregedoria-geral

Paula Emanuella de Freitas Nunes

Liliana Sena Cavalcante

DP Especializada da Defesa dos Direi-

tos da Criança e do Adolescente

Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo

Coordenação Executiva das

Defensorias Públicas Especializadas

Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca

DP Especializada de Proteção à Pessoa Idosa

Laise de Carvalho Leite

Coordenação Executiva das

Defensorias Públicas Regionais

DP Especializada Cível e de Fazenda Pública

Ariana de Sousa Silva

Virdálio de Senna Neto

Walter Nunes Fonseca Junior

Diretoria da Escola Superior da

Defensoria Pública – ESDEP

Clériston Cavalcante de Macêdo

DP Especializada de Proteção aos Direitos

Humanos e Itinerante

Eva dos Santos Rodrigues

Lívia Silva Almeida

6



DP Especializada Criminal e de Execução Penal

Fabíola Margherita Pacheco de Menezes

Pedro Paulo Casali Bahia

8ª DP Regional – Barreiras

Laís Daniela Nunes Campos Sambüc

9

ª DP Regional – Porto Seguro

DP Especializada dos Juizados Especiais

Marcos Fonseca Meireles

José Renato Bernardes da Costa

1

0ª DP Regional – Paulo Afonso

Bruna de Carvalho Chaves Peixoto

1ª DP Regional – Irecê

Ana Luiza Novelli Silveira

2ª DP Regional – Jequié

Yana de Araújo Melo

DP Especializada da Curadoria Especial

Rosane de Melo Assunção

1

1

ª DP Regional – Feira de Santana

Liliane Miranda do Amaral

1

2

ª DP Regional – Vitória da Conquista

José Raimundo Passos Campos

1

3ª DP Regional – Alagoinhas

3

ª DP Regional – Ilhéus

Danilo Rodrigues

Leonardo Couto Salles

4

ª DP Regional – Itabuna

Diretoria Geral

Gilda Maria Filgueiras Gordilho

Luanna Nathallya Lira Ramalho

Coordenação de Modernização e Informática

Thales José Costa de Almeida

5

ª DP Regional – Juazeiro

André Lima Cerqueira

Diretoria Administrativa

6

ª DP Regional – Santo Antônio de Jesus

Carina Góes da Silva

ª DP Regional – Camaçari

Daniel Soeiro Freitas

Ana Lúcia Antunes Faria

Coordenação de Serviços Administrativos

Márcio Serapião Batista

7

7



Protocolo

Diretoria de Finanças

Natalice Ferreira da Silva

Ana Lúcia Almeida dos Santos

Setor de Almoxarifado

Sandro Augusto e Silva Paraíso

Assessoria de Comunicação Social

Alexandre Lyrio

Arthur Naurimar Franco Silva

Setor de Transportes

Cerimonial

Maria do Socorro de Santana Lopes

Wiliam Conceição Rocha

Setor de Patrimônio

Ricardo Silva Lins

Ouvidoria-geral

Sirlene Vanessa de Souza Assis

Coordenação de Administração de Pessoal

Coordenadoria de Controle Interno

Zeneide Maria Fernandes Neves

Veralúcia Oliveira Lima

Coordenação de Acompanhamento

de Contratos e Licitações

Gisele Cristiane Bezerra Alves (Contratos

e Convênios)

Laurindo Grilo Matos (Comissão Perma-

nente de Licitação)

Setor de Planejamento e Obras

Arnaldo Souza Moreira Neto

Diretoria de Planejamento e Orçamento

Mônica Simon Viana Costa Lujan

8



9



Sumário

Apresentação ........................................................12

Notas sobre a 2ª atualização

do Plano de Expansão ...........................................14

Introdução ............................................................17

Marcos Legais .......................................................21

Planejamento Estratégico

da Instituição........................................................24

Sistema de Planejamento

de Expansão - SIPED..............................................27

Programação do aumento

gradativo da cobertura .........................................31

Programação de implantações

de Regionais .........................................................35

Programação de suprimento das comarcas por titu-

laridade (Não inclui os provimentos por substitui-

ções cumulativas) .................................................38

Conclusão .............................................................40

10



1

1



Apresentação

Em 2015, entendemos que a Defensoria Pública do Estado da Bahia precisava se planejar para

crescer de forma organizada, tendo como base a sua missão de defender os direitos individuais

e coletivos dos necessitados e vulneráveis, de forma integral e gratuita, a ﬁm de contribuir para

a garantia da dignidade das pessoas.

Com planejamento poderemos alcançar a visão institucional de ser referência nacional nas suas

áreas de atuação. E conseguimos, com a colaboração de todas as pessoas que integram a Insti-

tuição, elaborar o Plano Estratégico 2016-2026.

Em nosso Plano Estratégico, na Perspectiva Processos Internos, temos, entre outros, o objetivo

de interiorizar a Defensoria Pública, tendo como estratégia a ampliação da atuação defensorial

no interior. Nasceu, então, a partir desta iniciativa, o Sistema de Planejamento e Expansão da

Defensoria - SIPED, que deﬁne quais as áreas prioritárias para receber novos defensores públi-

cos, utilizando critérios objetivos, como o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Fomos a primeira Defensoria Pública que fez um planejamento com tantas variáveis e com um

sistema único que é o SIPED, que já foi passado para mais de 20 Defensorias Públicas do Brasil,

que solicitaram o sistema - uma tecnologia nossa que merece ser valorizada.

Vínhamos, portanto, amadurecendo a proposta de expansão da Defensoria há algum tempo,

dependendo da atualização da Lei Orgânica (Lei Complementar 26/2006), que aconteceu com a

aprovação e sanção da LC 46/2018. A aprovação é um marco, mas não é um ﬁm em si mesma,

pois exige outras leis para melhor estruturar a Defensoria Pública da Bahia.

Para efetivar a nova lei, mais planejamento se fez necessário: o Plano de Expansão aqui apre-

sentado. Tivemos o cuidado para que ele não promovesse o engessamento de futuras gestões,

sejam elas de qualquer viés político ideológico interno. É, com certeza, um marco para que a

Defensoria Pública do Estado da Bahia possa se guiar e direcionar sua atuação.

As futuras gestões da Defensoria Pública poderão utilizar este Plano de Expansão como

1

2



instrumento nos futuros diálogos com o Poder Executivo e com outros Poderes. Um docu-

mento que permite que a Defensoria seja melhor visualizada, transparente e democrática.

É importante que tenhamos este conhecimento, que entendamos as limitações impostas pelos

cenários que nos cercam, mas que elas não nos paralisem. Que sirvam apenas para nos dar

uma noção de como podemos enfrentar os desaﬁos, de forma a ultrapassá-los.

Quando falamos em planejar o futuro da Defensoria Pública, estamos planejando esse futuro

para as pessoas que mais precisam, que estão nos rincões desse estado de geograﬁa continen-

tal, com grandes diferenças regionais.

Cada um de nós tem que olhar todos os territórios de identidade da forma que se apresen-

tam, percebendo que não são apenas divisões geográﬁcas, mas diferenças políticas, sociais,

econômicas e culturais no estado da Bahia. Portanto, a lei é sistêmica e tem pontos que se

entrelaçam e são importantes para pensarmos a Defensoria Pública e as pessoas que preci-

sam do nosso serviço.

Quero parabenizar a todos e todas por este trabalho, que viabilizou mais um marco na história

da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Clériston Cavalcante de Macêdo

Defensor Público Geral

(Biênios 2015-2017/2017-2019)

Diretor da ESDEP

13



NOTAS SOBRE A 2ª ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE EXPANSÃO

Em 19 de novembro de 2021, completaram-se 3 anos em que a Defensoria Pública da Bahia

publicou o seu 1º Plano de Expansão (Portaria nº 1093/2018), documento fundamental para

cumprir, ainda que com algum atraso, a meta estabelecida na Constituição Federal de levar a

Instituição a todas as comarcas do Estado. A primeira atualização aconteceu em 2 de janeiro

de 2020 (Portaria nº 01/2020). Novas atualizações serão sempre necessárias, dado o caráter

dinâmico das condições socioeconômicas. Desta vez, mais que nova coleta de dados, há

também mudanças metodológicas. Decidimos pesar de forma diferenciada a presença

dos povos tradicionais indígenas e quilombolas e avaliar de modo igualmente distinto a

necessidade especial decorrente das populações carcerárias e da existência de adoles-

centes cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado.

A presente atualização ocorre depois da divulgação de duas importantes pesquisas nacionais:

a) II Mapa da Defensoria Pública no Brasil, produzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (IPEA) e pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP),

lançado em 3 de agosto de 2021 (disponível em https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/con-

teudo/39420/2o-Mapa-das-Defensorias-Publicas-Estaduais-e-Distrital-no-Brasil.pdf).

b) Pesquisa Nacional da Defensoria Pública, lançada em 21 de maio de 2021, produzida pelo

Conselho Nacional dos Defensores Gerais (CONDEGE), pelo Colégio de Corregedores Gerais

da Defensoria Pública e pela Defensoria Pública da União (DPU). A pesquisa está disponível na

íntegra no endereço eletrônico https://pesquisanacionaldefensoria.com.br/.

Alguns dados apontados nos estudos mencionados mostram a necessidade urgente de maior

atenção à concretização do presente plano.

O II Mapa da Defensoria Pública, produzido pelo IPEA, traz estimativas do nº ideal de defensores

públicos. Trabalhamos neste plano com a estimativa mais conservadora do estudo (um defen-

sor para cada 15.000 pessoas em situação de pobreza). Infelizmente, a Bahia tem a 22ª pior

14



situação do Brasil e a 8º pior do Nordeste quando veriﬁcamos o quadro atual de defensores e

aquele apontado como necessário.

Por sua vez, a Pesquisa Nacional da Defensoria Pública estima o percentual da população em

situação de pobreza que poderia ser atendida pela Defensoria Pública, em virtude de haver os

serviços da instituição em cada comarca. A Bahia é apenas o 22º colocado no país e ocupa a 7ª

posição no Nordeste. Três dos 5 Estados piores colocados só implantaram a Defensoria após

2

010. Os outros dois, na década de 90. A Defensoria baiana é de 1985.

Esses dados preocupantes aparecem apesar de a Defensoria Pública da Bahia ter au-

mentado a sua cobertura de 22 comarcas em 2015 para 54 no início de 2022 (41 por

titularidade e 13 por substituição cumulativa). É bom ressaltar, contudo que em virtude

da pandemia, há ainda 4 comarcas que já possuem defensores titulares, mas não pu-

deram ser implantadas em deﬁnitivo por impossibilidade de organização de espaço

de funcionamento (Cachoeira, Camacan, Luís Eduardo Magalhães e Poções). Além dis-

so, a redução do quadro de defensores em 2020 e 2021, quando não havia mais cadastro

de reserva, obrigou ao adiamento da implantação da unidade de Seabra, que chegou a ter

2

defensores titulares e não tem mais.

Na data de publicação desta atualização, há um concurso em andamento, mas considerando

que há três comarcas cuja inauguração não depende da realização de novo concurso, podemos

considerar um aumento de 91% das comarcas com defensores titulares e de 150% das comar-

cas quando se incluem as cumulativas. Mas, se houve tanto crescimento, porque ainda existe

tanto déﬁcit?

Um dado da Pesquisa Nacional da Defensoria Pública é decisivo para responder. Trata-se do

percentual do orçamento da Defensoria Pública em relação à receita corrente líquida de cada

Estado. Não se trata do total de recursos que cada instituição recebe, mas da atenção propor-

cional à capacidade ﬁnanceira de cada Estado. A Bahia é apenas o 6º colocado no Nordeste e

15



apenas o 20º no País. Quando se avalia a partir do tempo de existência da Instituição, somos o

penúltimo lugar entre todas as Defensorias fundadas até 1989.

É um aspecto fundamental, porque há uma norma Constitucional (EC 80) que determina a

chegada da Defensoria Pública a todas as comarcas, e é impossível cumprir o mandamento

sem aumentar os investimentos na Instituição. Construir os orçamentos da Defensoria Públi-

ca com base em mera correção da inﬂação anual é descumprir a Constituição Federal.

Desse modo, é urgente que o Poder Executivo, o Poder Legislativo (especialmente a sua Comissão

de Orçamento e Finanças), o Poder Judiciário, o Ministério Público do Estado, o Tribunal de Contas

do Estado, os Partidos Políticos e a Sociedade Civil baiana se debrucem sobre esse documento e

atuem pelo cumprimento da Constituição. Vamos democratizar a justiça!

16



Introdução

-

O senhor não tem permissão para

ga, onde nasceu o escritor, assim como em

qualquer pequeno município baiano. A sua

universalidade decorre do fato de não se re-

ferir a nenhum tipo especíﬁco de justiça, de

processo ou de país. É tão fácil se identiﬁcar

com o protagonista porque a angústia da in-

compreensão sobre a existência de direitos,

sobre a linguagem empolada e sobre as ci-

tações obtusas é geral. É desesperador não

entender a linguagem que nos cerca. O gran-

de escritor europeu e um pobre trabalhador

rural sertanejo são igualmente vulneráveis

perante a justiça se não tiverem assistência

jurídica integral de qualidade. A diferença é

que o primeiro pode pagar pela defesa, en-

quanto para o último, ela jamais existirá se

não for gratuita.

sair. O senhor está detido.

-

É o que parece – disse K- Mas, por

quê? – Perguntou então.

Não tenho permissão para dizê-lo. Vá

-

para o seu quarto e espere. O procedi-

mento acaba de ser iniciado e o se-

nhor ﬁcará sabendo de tudo no devido

tempo. Ultrapasso os limites do meu

encargo quando me dirijo com tanta

amabilidade ao senhor .1

Com esse diálogo, tem início o processo que

dá o nome à famosa obra de Kafka. O desco-

nhecimento sobre o seu teor, sobre os seus

ritos, sobre os seus mecanismos de defesa

acompanham a personagem até o ﬁm da his-

tória. A sensação de impotência, ignorância

e dor crescem e afetam todos os aspectos

da sua vida, destruindo a moral, a conﬁan-

ça, as relações pessoais, proﬁssionais e a sua

autoestima. De outra parte, quem exerce o

poder e vê uma pessoa com esta fragilidade,

sente-se confortável para colocar até mesmo

o tratamento cordial a ela como uma conces-

são benevolente. É uma tragédia, na qual ja-

mais parece haver uma saída.

Parece, então, intuitivo, que a Defensoria Pú-

blica deve estar presente em todos os luga-

res, especialmente aqueles com maiores dé-

ﬁcits de desenvolvimento. Mas, na história do

Brasil, os problemas das minorias e dos mais

pobres sempre foram minimizados, releva-

dos, racionalizados e até objeto de humor.

Um crime cuja vítima é um homem branco

de classe média tem muito mais repercussão

do que a morte de um jovem negro. A prisão

injusta e a tortura de artistas durante a dita-

dura ensejam mais indignação que a prisão

injusta, a tortura e a execução de moradores

do subúrbio em plena democracia.

A obra magistral é compreensível em Pra-

1

KAFKA, Franz, O processo. Companhia das Letras, 2005: São

Paulo. Tradução: Modesto Carone.p.9

17



Nesse contexto, sucessivos administradores

públicos federais e estaduais acharam aceitá-

vel adiar a implantação dos serviços da Defen-

soria Pública. Criava-se argumentos circulares

para justiﬁcar a falta de investimento nesses

serviços. Os orçamentos das Defensorias Pú-

blicas devem, logicamente, ser equivalentes

aos das outras instituições de justiça, mas

isso sempre é tido como passível de poster-

gação porque os usuários dos serviços nunca

os tiveram disponíveis, logo podem aguardar

um pouco mais.

inconsistentes, ineﬁcientes e incompatíveis

com a condição de sujeitos de direito, como a

caridade e o favor. Assim, tendem a ﬁcar para

a democracia material, como Pedro Pedreiro,

de Chico Buarque, esperando o trem, que já

vem, que já vem, que já vem... mas que, na

verdade, nunca vem.

.

.. Uma vez que tinha vindo só por

curiosidade, ou – o que era mais im-

possível ainda como explicação – pelo

desejo de veriﬁcar se o interior daque-

le tribunal era tão repulsivo quanto o

seu exterior. E, de fato, parecia estar

certo nessa suposição: ele não queria

se aprofundar mais, estava suﬁcien-

temente oprimido pelo que vira até

agora, nesse preciso momento não

tinha condições de enfrentar um fun-

cionário superior, como o que pode-

Os usuários da Defensoria são aqueles que

um dia foram os índios, outros foram os es-

cravos, depois foram os analfabetos, ainda

foram as empregadas domésticas e, na ver-

dade, nunca deixaram de sê-lo. O seu acesso

aos direitos sempre era postergado, era en-

caminhado a pretensas soluções paliativas,

Ilustração -KAFKA, Franz, O processo por Chantal Montellier

18



ria surgir atrás de qualquer porta: ele

queria ir embora...2

(mesmo que não saibam ser esse o nome do

que aguardam), as pessoas fazem como a per-

sonagem de Kafka. Sentindo-se suﬁcientemen-

te oprimidas, vão embora. Mas, não vão embo-

ra apenas do Tribunal, que é uma alegoria do

Estado de Direito. Vão embora da condição de

cidadãos, de pessoas que se veem como sujei-

tos de direitos, como participantes de uma de-

mocracia. Entendem que contam apenas con-

sigo. Não com o poder público.

A Bahia começou o ano de 2018 com Defen-

soria em apenas 12% das suas comarcas. Isso

signiﬁca que nas 88% comarcas restantes, to-

dos os Pedros, pedreiros, padeiros, lavradores,

açougueiros, de carne, osso, sangue e alma vi-

vem como o Senhor K de Kafka. Eles não podem

retiﬁcar uma certidão de nascimento incorreta,

regularizar a propriedade de um imóvel, rece-

ber uma herança, reconhecer a paternidade,

obter o divórcio, pleitear pensão alimentícia...

Mas, é preciso reﬂetir se a própria Defensoria

não tem uma parcela de responsabilidade no

quadro. Como se chegou a essa quantidade

de comarcas? Poderiam ser mais? Elas são ex-

cessivas? Como a Instituição geriu os recursos

de que dispôs, mesmo que insuﬁcientes? A

realidade é que sob muitos aspectos, inclusive

como consequência da escassez de recursos,

a Defensoria precisou se organizar com muito

idealismo, muita vontade, mas pouco pensa-

mento de longo prazo.

Há, ainda, um outro lado da moeda. A popu-

lação em situação de vulnerabilidade ﬁca em

condições absolutamente desiguais para reagir

quando alguém a aciona judicialmente. Como

enfrentar uma reintegração de posse ou uma

acusação penal sem acesso à Defensoria Públi-

ca? Conﬁando em favores?

Resta, ainda, uma terceira dimensão dos efei-

tos da privação do direito de acesso à Defen-

soria Pública. As pessoas e comunidades não

recebem orientação jurídica para agir extra-

judicialmente. Como lidar, por exemplo, com

grandes empresas que violam os direitos dos

consumidores? Que emprestam dinheiro e co-

bram juros abusivos? Que fazem propagandas

enganosas? Como prevenir os danos e conhe-

cer os seus direitos?

Amarrada a problemas graves e urgentes a

enfrentar (falta de pessoal, falta de estrutura,

falta de recursos orçamentários), a Instituição

não conseguia parar para estabelecer estra-

tegicamente onde queria chegar e como pre-

tendia fazer isso. Realmente, não é fácil discu-

tir o futuro quando parece faltar o básico no

presente e quando ao olhar para o lado você

percebe que as coisas chegam muito mais fa-

cilmente para os vizinhos. Não é fácil, porém é

indispensável e inadiável.

Cansados de esperar a Defensoria que não vem

2

KAFKA, Franz, O processo. Companhia das Letras, 2005: São

Paulo. Tradução: Modesto Carone.p.70

19



Para enfrentar tantos obstáculos, a Defenso-

ria Pública baiana vem empreendendo esfor-

ços para modernizar sua gestão. Dentre as

mudanças administrativas, uma tem especial

relevo: a elaboração do seu primeiro planeja-

mento estratégico. Como frutos desse plano,

vieram, entre outros, a proposta de moderni-

zação da sua Lei Orgânica e este documento,

o primeiro Plano de Expansão da Defensoria

Pública da Bahia.

Apresentamos aqui um documento com gran-

de valor histórico. Desejamos que ele seja sem-

pre melhorado pelos que vierem a administrar

a Defensoria Pública. Convidamos os(as) usuá-

rios(as) da Defensoria, os(as) defensores(as),

os(as) servidores(as), o Poder Executivo, o Po-

der Legislativo, o Poder Judiciário, a academia e

toda a sociedade para que conheçam esse ma-

terial e ajudem na concretização dos seus obje-

tivos, cobrando o seu cumprimento, sugerindo

avanços ou utilizando as suas atribuições legais,

ou força de mobilização, para que as condições

de realização sejam implementadas. Em resu-

mo, tudo o que esperamos é que um dia ponha-

mos um ﬁm nos dilemas kafkianos da população

baiana, para que Pedro Pedreiro, aqui no nosso

Estado, possa ﬁnalmente parar de esperar.

Planejar o crescimento futuro pode parecer

um passo pequeno diante das demandas do

presente. Mas, é a existência de um plano que

dá segurança nas escolhas a serem feitas, que

fornece instrumentos de convencimento das

outras instituições com as quais dialogamos

e que permite a ﬁscalização pela sociedade.

Possuir um mapa estratégico permite que se

chegue mais longe.

20



Marcos Legais

O presente plano tem como marcos legais o

Artigo 5º, LXXIV, e 134 da Constituição Federal,

com as alterações das Emendas Constitucio-

nais 45/2004 e 80/2014, o artigo 98 da ADCT,

com as alterações da EC 80/2014 e os artigos

b)

o caráter autônomo da instituição.

Desse modo, a Defensoria Pública, institui-

ção autônoma e, portanto, responsável pelos

seus atos, precisa se organizar para prestar

serviços a todas as pessoas desprovidas de

recursos, que necessitem de assistência jurí-

dica, dentro do seu âmbito de atuação.

3

2

2, LIII e LIV, 66, 90, §4º, 105 e 117§6º da LC

6/2006, com alterações da LC 46/2018.

Os artigos 5º, LXXIV e 134 da Constituição

3

4

Como os recursos são limitados e os ser-

viços devem ser prestados com dignida-

de e qualidade técnica para a população

e os servidores envolvidos, não é possível

o atendimento imediato da demanda. Por

isso, é necessário pensar a curto, médio e

longo prazo com critérios e estratégias de

expansão, de modo que a impossibilidade

de conclusão instantânea do objetivo não

conduza a uma sensação de desnecessida-

de do seu cumprimento e, principalmente,

à má utilização dos recursos.

Federal trazem as primeiras balizas básicas

de planejamento da Defensoria Pública:

a)

o caráter estatal e irrestrito da as-

sistência jurídica gratuita aos desprovi-

dos de recursos;

3

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer

natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País

a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à

propriedade, nos termos seguintes: (...)

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que

comprovarem insuﬁciência de recursos;

4

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial

à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instru-

mento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica,

a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e

extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita,

aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição

Federal.

A Emenda Constitucional 80 introduziu ele-

mentos importantes para orientar e obrigar

o planejamento responsável da expansão da

Defensoria Pública. A mudança se dá, princi-

§

1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do

palmente, na nova redação ao artigo 98 da

5

Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua

organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial,

mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integran-

tes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora

das atribuições institucionais.

ADCT, que ﬁxa a necessidade de observar:

§

2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcio-

5

Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional

nal e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos

limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao

disposto no art. 99, § 2º.

será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à

respectiva população.

§ 1º No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal de-

verão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais,

observado o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Durante o decurso do prazo previsto no § 1º deste artigo, a lotação dos

defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com

maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

§

3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do

Distrito Federal.

§

4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisi-

bilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber,

o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

2

1



a)

b)

c)

d)

Efetiva demanda pelos serviços;

Índices de Exclusão social;

Vale lembrar que, em relação ao Plano de

Cargos e Salários dos serviços auxiliares, des-

de 5 de agosto de 2014, o PL 20.903/2014

tramita na Assembleia Legislativa da Bahia.

Sem a aprovação desta lei ou de outra seme-

lhante, é impossível a organização do quadro

de servidores da Instituição, que ﬁca comple-

tamente dependente de contratações em Re-

gime Especial de Direito Administrativo ou de

terceirização de mão de obra.

Densidade Populacional;

Alcance de todas as comarcas até o ano

de 2022.

Os parâmetros e o prazo trazem responsa-

bilidades a diversos entes, iniciando-se pe-

los Poderes Executivo e Legislativo, respon-

sáveis pela deﬁnição dos orçamentos. Mas,

sem dúvidas, a responsabilidade principal

de saber utilizar os recursos é da própria

Defensoria Pública, desde que conquistou a

autonomia funcional e administrativa. Nesse

sentido, o artigo 97-A da Lei Complementar

Federal 80, de 1994, com redação dada pela

Lei Complementar Federal 132, de 2009, ao

tratar da autonomia funcional e administra-

tiva, esclarece que dela decorre o dever da

Instituição de abrir concurso público, prover

os cargos de suas carreiras e dos serviços

auxiliares, praticar atos de gestão e compor

A Lei Orgânica da Defensoria Pública da

Bahia, Lei Complementar 26 de 2006, com

as modiﬁcações trazidas pela LC 46/2018,

adequou-se aos dispositivos constitucio-

nais, complementando os parâmetros para

o seu cumprimento. As novas redações dos

artigos, 32, LIII e LIV ,90, §4º , 105§1º e §2º

7

8

9

V – elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes de-

monstrativos; (Incluído pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

VI – praticar atos e decidir sobre situação funcional e administrativa do

pessoal, ativo e inativo da Carreira, e dos serviços auxiliares, organizados

em quadros próprios; (Incluído pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

VII – exercer outras competências decorrentes de sua autonomia.

os órgãos de atuação .

6

7

Art. 32 - Ao Defensor Público-Geral cabe: (...)

6

Art. 97-A. À Defensoria Pública do Estado é assegurada autono-

LIII - apresentar ao Conselho Superior da Defensoria Pública a criação das

unidades defensoriais, acompanhando a variação do quadro de defenso-

res públicos e defensoras públicas, prioritariamente atendendo as regiões

mia funcional, administrativa e iniciativa para elaboração de sua proposta

orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamen-

tárias, cabendo-lhe, especialmente: (Incluído pela Lei Complementar nº

com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional;(Novo

inciso)

132, de 2009).

LIV - propor ao Conselho Superior da Defensoria Pública a modiﬁcação

ou a extinção das unidades defensoriais, quando oportuno e conveniente,

para possibilitar o melhor atendimento das regiões com maiores índices de

exclusão social e adensamento populacional.

I – abrir concurso público e prover os cargos de suas Carreiras e dos servi-

ços auxiliares; (Incluído pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

II – organizar os serviços auxiliares; (Incluído pela Lei Complementar nº

132, de 2009).

8

Art. 90 - § 4º - As vagas abertas para Promoção ou Remoção

deverão observar os critérios estabelecidos no § 2º do art. 98 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal

III – praticar atos próprios de gestão; (Incluído pela Lei Complementar nº

132, de 2009).

9

Art. 105 – Cada Defensor Público será lotado em uma unidade

IV – compor os seus órgãos de administração superior e de atuação; (In-

cluído pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

defensorial, na qual será assegurada a prerrogativa de inamovibilidade.

§ 1º - A quantidade de unidades defensoriais abertas será igual à quanti-

dade de Defensores Públicos, podendo ser maior, para atender ao interesse

2

2



fazem expressa referência às balizas de pla-

nejamento de expansão trazidas pelo artigo

capital do Estado em detrimento do interior.

Importante lembrar, ainda, que o novo pará-

grafo 4º do artigo 105 traz norma inovadora

que vincula obrigatoriamente e de forma ob-

jetiva qualquer gestor à expansão da institui-

ção para o interior do Estado, pois determina

que até o cumprimento da meta estabeleci-

da na Emenda Constitucional 80, no mínimo

metade das novas unidades defensoriais que

vierem a ser inauguradas devem atuar em lo-

cais desprovidos dos serviços.11

9

8 da ADCT.

O novo artigo 105 §3º estabelece novos e

1

0

importantes comandos na criação, modiﬁca-

ção ou extinção das unidades defensoriais:

a)

Não representar concentrações des-

proporcionais;

b)

c)

d)

Não prejudicar o acesso à justiça;

Não prejudicar a interiorização;

Não prejudicar a continuidade

dos serviços.

Por ﬁm, o novo artigo 66 da LC 26/2006 deu

1

2

ao dispositivo legal mais um indicativo de for-

talecimento de atuação no interior do Estado.

A quantidade de Regionais, ou seja, de divi-

sões administrativas no interior, aumenta de

A observância desses comandos é dever le-

gal de todos aqueles que vierem a tratar de

unidades defensoriais, desde o Defensor Pú-

blico-Geral, que é o responsável pela sua cria-

ção, até os conselheiros, responsáveis pela

sua modiﬁcação e extinção. Não há margem

de discricionariedade, portanto, para decisões

que levem ao ﬁm puro e simples dos serviços

em localidades onde ele é ofertado, nem para

adoção de estratégias voltadas ao inchaço da

6

para 27, de modo a coincidir com o número

de Territórios de Identidade do Estado e ga-

rantir que todos eles tenham suas especiﬁ-

cidades culturais respeitadas, mas também

para indicar o caminho de expansão para o

interior do Estado.

público de provimento por substituição cumulativa, observando as regiões

com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

11

Art. 105 § 4º - Até o cumprimento do § 1º do art. 98 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias, no mínimo metade das novas

unidades defensoriais a serem criadas para provimento por titularidade

deverão ter atuação em comarcas sem unidades desta espécie, realizando-

-se as veriﬁcações a cada grupo de 50 (cinquenta).” (NR)

§

2º - A criação, a transformação e a extinção de unidades defensoriais

observarão, prioritariamente, a necessidade do serviço nas regiões com

maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

§

4º - Até o cumprimento do § 1º do art. 98 do Ato das Disposições Consti-

1

2

Art. 66 – As Defensorias Públicas Regionais, em número de

tucionais Transitórias, no mínimo metade das novas unidades defensoriais

a serem criadas para provimento por titularidade deverão ter atuação em

comarcas sem unidades desta espécie, realizando-se as veriﬁcações a cada

grupo de 50 (cinquenta).” (NR)

0

6 (seis) a 27 (vinte e sete), delimitadas e organizadas por proposta do

Defensor Público-Geral, aprovada pelo Conselho Superior da Defensoria e

entrarão em funcionamento, à medida que se implementem as condições

orçamentárias, levando-se em consideração, sempre que possível, os Terri-

tórios de Identidade.

10

Art. 105 § 3º - A criação, transformação e extinção de unidades

defensoriais exige a demonstração de compatibilidade com a futura ex-

pansão da Instituição, de modo que não represente concentrações despro-

porcionais e não cause prejuízos ao acesso à justiça, à interiorização e à

continuidade dos serviços.

Parágrafo único - As Defensorias Públicas Regionais serão providas de servi-

ços auxiliares destinados a dar suporte administrativo ao funcionamento e

ao desempenho das atribuições dos Defensores Públicos e serão ordenadas

por ato do Defensor Público-Geral.

2

3



Planejamento Estratégico da Instituição

O Planejamento Estratégico da Defensoria

Pública da Bahia para o decênio 2016-2026

cristaliza o ideário apresentado pela Cons-

tituição e pela Lei Complementar 26/2006.

Destaca-se a Missão Institucional que é “de-

fender os direitos individuais e coletivos dos

necessitados e vulneráveis de forma integral

e gratuita, a ﬁm de contribuir para a garantia

da dignidade das pessoas”.

d)

Promover Ações de Inclusão Social.

Como se nota, as balizas legais apresenta-

das no item anterior foram transpostas para

o planejamento estratégico da Defensoria

Pública da Bahia, mormente as referentes à

expansão rumo ao interior do Estado e a ob-

servância da necessidade de inclusão social

como fundamento das ações e deﬁnições de

políticas do órgão. A elaboração de um plano

de expansão é, sem dúvida, parte imprescin-

dível da modernização da gestão de uma ins-

tituição em fase de crescimento.

Para atingir a missão, o documento lista nove

processos internos, para entregar à socieda-

de três produtos:

a)

b)

c)

Contribuir para o Acesso à Justiça;

Contribuir para a Inclusão Social;

Contribuir para a Dignidade das Pessoas.

Finalmente, dentre as Iniciativas Estraté-

gicas Prioritárias, a número 11 é “elaborar

estudo e implementar um novo modelo de

atuação institucional” e a número 12 é, exa-

tamente, “Elaborar e implementar projeto

de ampliação da atuação defensorial no in-

terior”. O presente plano está, portanto, in-

serido no Planejamento Estratégico da De-

fensoria Pública da Bahia.

Entre os processos internos estão:

a) Modernizar a Gestão da Defensoria Pú-

blica do Estado;

b)

c)

Interiorizar a Defensoria Pública;

Otimizar o Atendimento ao Cidadão;

24



Mapa Estratégico

MISSÃO

VISÃO

Defender os direitos individuais e coletivos

dos necessitados e vulneráveis, de forma

integral e gratuita, a ﬁm de contribuir para

a garantia da dignidade das pessoas.

Ser referência nacional na defesa

dos direitos individuais e coletivos

dos vulneráveis.

SOCIEDADE

1.3 Contribuir para a garantia de dignidade das pessoas

1

.1 Contribuir para o acesso à Justiça 1.2 Contribuir para a inclusão social

PROCESSOS INTERNOS

2.9 Promover ações de inclusão social

2.8 Ampliar a efetividade da atuação judicial

.6 Otimizar o atendimento ao cidadão

2

.7 Promover soluções extrajudiciais

2

2

.5 Aperfeiçoar o Controle Interno

2.4 Interiorizar a Defensoria Pública

2

.3 Aprimorar a comunicação institucional

2.1 Prover infraestrutura adequada à Defensoria

2.2 Modernizar a gestão da Defensoria Pública

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

3.3 Promover a motivação

3

.4 Aprimorar a gestão do conhecimento

3.1 Adequar o quadro de pessoal à missão institucional

3.2 Aprimorar a capacitação e a atuação funcional

FINANCEIRA

4.3 Assegurar a aplicação racional, responsável e efetiva

dos recursos orçamentários/ﬁnanceiros disponibilizados

4

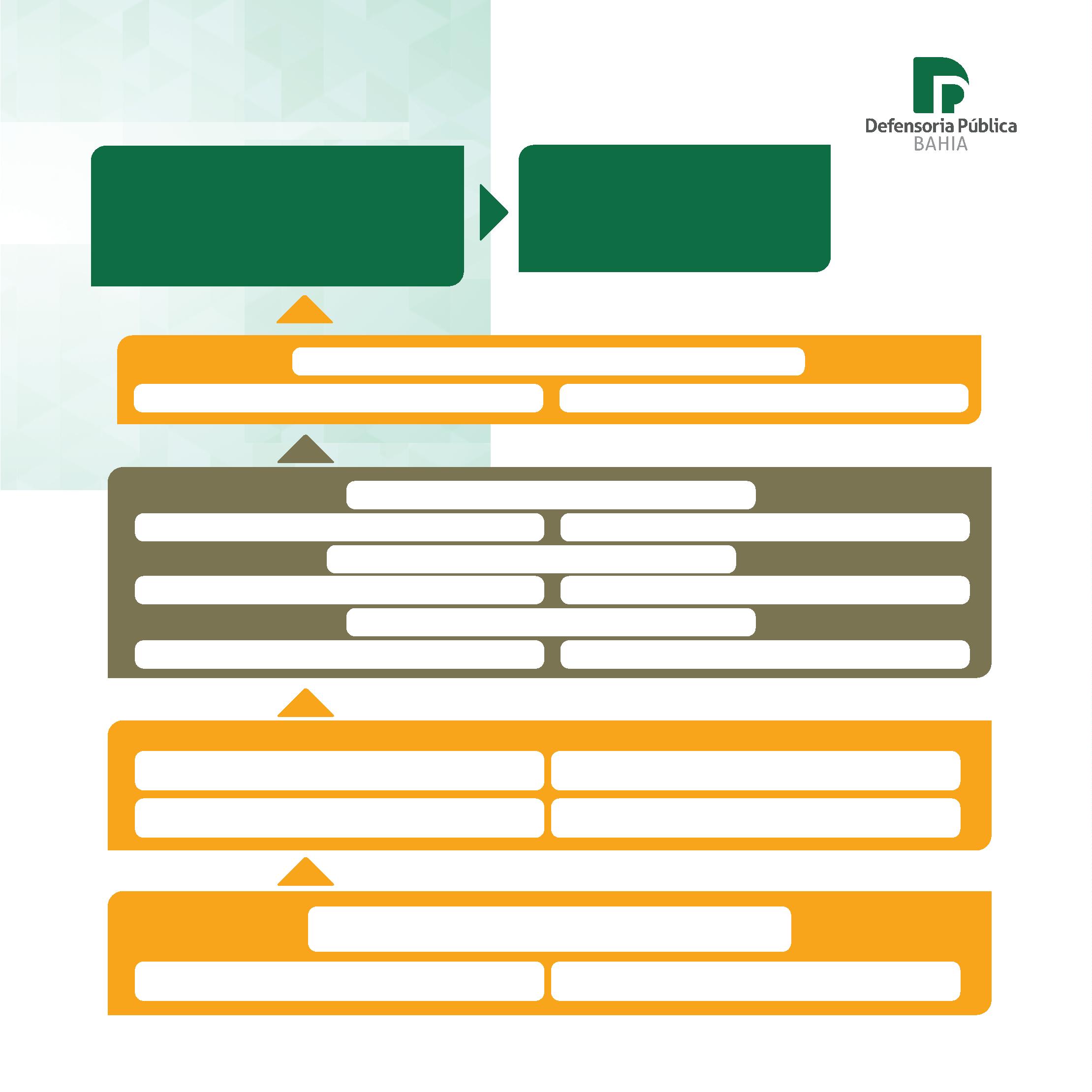
.1 Atuar juntos aos Poderes Executivo e Legislativo

4.2 Obter recursos extraorçamentários

para obtenção de recursos orçamentários

2

5



QUADRO ATUAL E EVOLUÇÃO RECENTE

Comparação 2015 - 2021

Observando o cenário encontrado em mar-

ço de 2015 e a distribuição dos recursos da

Defensoria Pública no ﬁm de 2021, perce-

be-se que vem havendo priorização consis-

tente do reforço às atividades no interior

do Estado. Hoje, a maioria dos defensores

públicos atua no interior do Estado.

Variação na

quantidade

de defensores

(2015-2021)

Crescimento Relativo Representação dos seus

Representação dos seus

na quantidade de

defensores

integrantes no total de

defensores,

integrantes no total de

defensores,

(2015 – 2021)

em 2015

em 2021

Interior do Estado

83

16

12

183%

29%

50%

39%

52%

9%

50%

41%

9%

Capital do Estado

Atuação no 2º Grau

A mudança pode ser sentida quando se vê a

quantidade de comarcas que tinham defen-

sores lotados para atuação nelas em 2015

e 2021, bem como no aumento da quanti-

dade de defensores nas antigas comarcas

do interior. Em 2015, havia defensores em

apenas 23 comarcas. Hoje, há 22 comarcas

novas, praticamente o dobro. Em 21 das an-

tigas 23 comarcas, houve aumento do qua-

dro (maior que 60% em 9 delas). Destacam-

-se as comarcas de Paulo Afonso (aumento

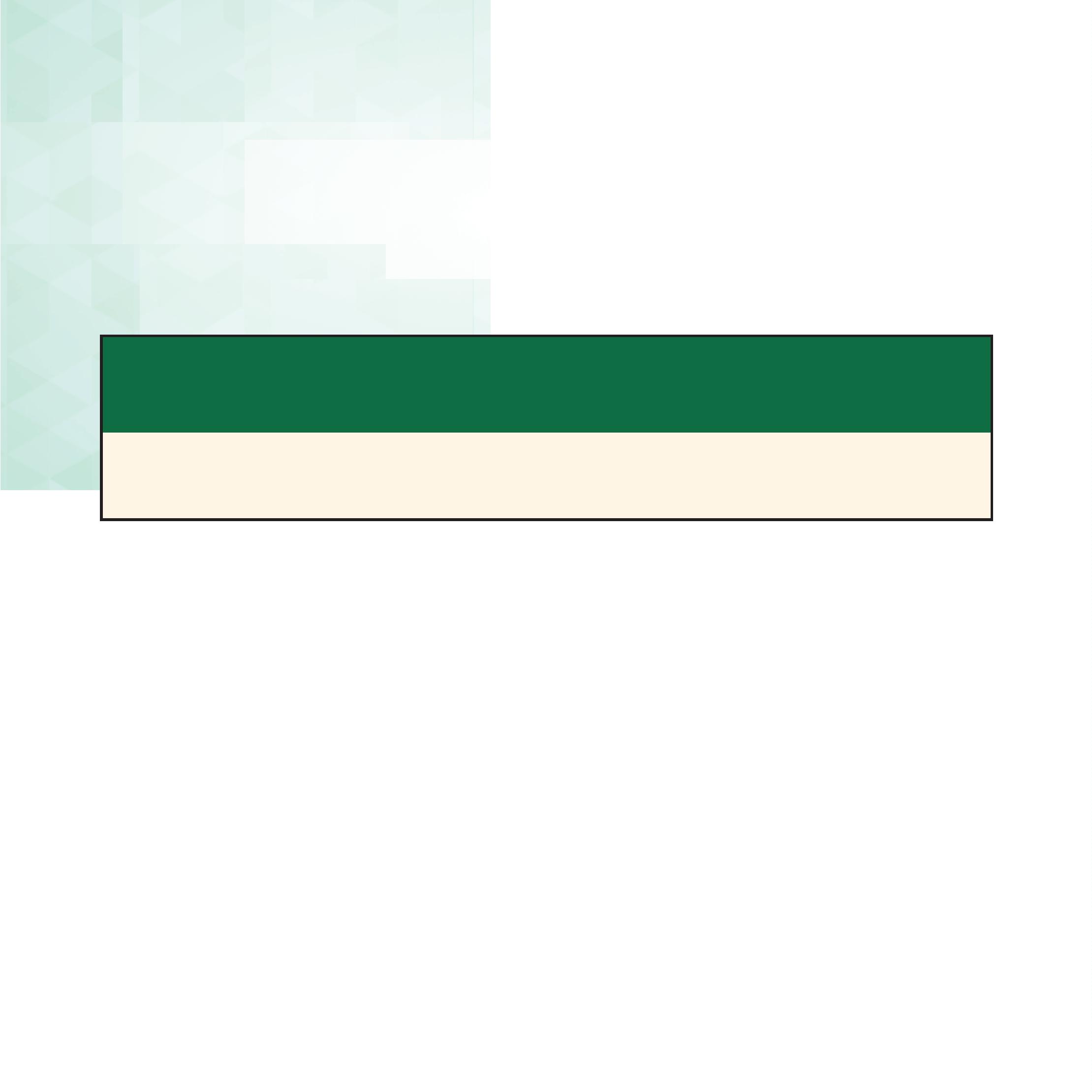
de 400%, de 1 para 5), Juazeiro (aumento de

80%, de 5 para 9) e de Camaçari (aumento

de 60%, de 5 para 8).

2

6



Sistema de Planejamento de Expansão - SIPED

A autonomia da Defensoria Pública e as

modiﬁcações da LC 46 aumentaram a res-

ponsabilidade dos Defensores Públicos-Ge-

rais e dos membros do Conselho Superior

em assegurar que a instituição usará bem

os seus recursos, para alcançar as cidades

do interior do Estado.

gistro junto ao Instituto Nacional de Proprie-

dade Industrial (proc. BR 51 2017 000842-6).

Desde 14 de novembro de 2017 ele pode

1

5

ser acessado por qualquer pessoa, através

do endereço eletrônico http://siped.defenso-

ria.ba.def.br ou através da aba “Planejamento

de Expansão” no site da Defensoria Pública

da Bahia (http://www.defensoria.ba.def.br/).

Até 14 de fevereiro de 2018, as Defensorias

Públicas dos Estados de Amazonas, Paraíba,

Espírito Santo, Acre, Piauí, Paraná, Goiás, Rio

Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Rondô-

nia e Rio Grande do Sul haviam solicitado a

disponibilização do sistema.

Será impositivo o dever de agir para que as

previsões normativas sejam respeitadas e a

expansão não seja tolhida por interesses in-

dividuais, corporativistas ou por disputas po-

líticas internas. Também é possível perceber

que as balizas que devem nortear a expansão

são complexas e é desaﬁador fazer com dia-

loguem entre si, de maneira inteligível. Por

essa razão, foi desenvolvida uma ferramenta

tecnológica para auxiliar os gestores, o Siste-

ma de Planejamento e Expansão (SIPED).

O novo sistema calcula a demanda por de-

fensores em cada local, com base em quatro

dados que condensam de forma racional os

parâmetros legais e constitucionais de esco-

lha de prioridades. Na 2ª atualização, consi-

deramos importante detalhar um pouco mais

como funciona cada dado:

O SIPED é um sistema cujo objetivo principal

é fornecer aos gestores da instituição e aos

órgãos de controle parâmetros para pensar

e avaliar a distribuição dos recursos. Foi de-

senvolvido pela equipe da Coordenação de

Modernização e Informática (CMO) da Defen-

soria Pública, apresentado ao Conselho Su-

perior em 8 de maio de 201713 e ao Conse-

lho Nacional dos Defensores Gerais em 27

de outubro de 2017 . Em 6 de fevereiro de

-

Quantidade de pessoas em situação

de pobreza

É o parâmetro básico de identiﬁcação das

pessoas a serem atendidas. É intuitivo que a

demanda pela Defensoria cresce quando au-

menta a população sem recursos ﬁnanceiros,

mas pouco se altera pelo aumento da popu-

lação de classe média ou classe alta, já que

essas últimas não são o público-alvo.

1

4

2

017, o sistema recebeu o certiﬁcado de re-

1

3

http://defensoria.ba.def.br/portal/index.php?site=2&modulo=e-

va\_conteudo&co\_cod=18013 acesso em 14 de fevereiro de 2018.

1

4

http://www.condege.org.br/noticias/1271-defensores-p%C3%BA-

blicos-estaduais-conhecem-sistema-que-otimiza-designa%C3%A7%C3%A3o-

para-comarcas.html acesso em 14 de fevereiro de 2018.

15

http://www.defensoria.ba.def.br/noticias/defensoria-lanca-sistema-

-de-planejamento-de-expansao-em-coletiva-a-imprensa/ acesso em 14 de

fevereiro de 2018.

-

27



O parâmetro utilizado para deﬁnir situação

de pobreza é a renda de até 3 salários mí-

nimos, mesmo índice adotado tanto pelo

IPEA, quanto pela própria Defensoria da

Bahia na Resolução nº 003/2020, para deﬁ-

nir o seu público-alvo. Desta forma, garan-

te-se a uniformidade com as melhores pes-

quisas cientíﬁcas sobre o tema.

aqueles que já sofreram condenação penal,

mesmo sem trânsito em julgado. O trabalho

da Defensoria Pública onde existem estabe-

lecimentos penais passa a exigir atuações

especíﬁcas e ativas de escuta, veriﬁcação dos

locais, análise de documentos oriundos de

outras comarcas e, principalmente, combate

à estigmatização. Por isso, esse critério preci-

sa ser ponderado de forma diferente.

Como cada comarca pode ser composta por

vários municípios, o dado leva em conta a soma

de todos eles e não apenas a cidade sede.

Este parâmetro passou por modiﬁcação me-

todológica. Antes da 2ª atualização, levava-se

em conta apenas a quantidade de estabeleci-

mentos penais. Porém, Penitenciárias, Colô-

nias Penais, Casas de Albergado, Presídios e

Conjuntos Penais são heterogêneos. Acabá-

vamos pesando da mesma forma locais com

100 ou com 1.000 pessoas presas. Agora, o

peso será proporcional à quantidade de in-

ternos, tomando por base 500 pessoas para

cada defensor, critério adotado pela Comis-

são de Execução Penal do Conselho Nacional

de Defensores(as) Públicos(as) Gerais.

Por ﬁm, a coleta é feita através do IBGE. In-

felizmente, o tempo sem a realização de

um novo censo pode causar algumas dis-

torções inevitáveis.

-

Quantidade de juízes

O trabalho de um(a) defensor(a) tem alguns

eixos fundamentais: o atendimento à popu-

lação, a elaboração de ofícios e petições, a

atuação na educação em direitos e a atua-

ção judicial. Nesse sentido, a quantidade de

juízes muda a dinâmica laboral porque, em

tese, gera o aumento do eixo judicial, pois o

volume de audiências e sentenças a serem

recorridas aumenta. Por essa razão, a própria

Constituição estabelece expressamente uma

correlação entre números de defensores(as)

e magistrados(as).

Os dados são coletados diretamente do

Mapa da População carcerária, disponível no

site da Secretaria de Administração Peniten-

ciária e Ressocialização da Bahia (http://www.

seap.ba.gov.br/pt-br/dados/17). Buscamos a

realização de atualizações semestrais.

-

Quantidade de internos em Casas de interna-

Os dados são coletados junto ao próprio

Tribunal de Justiça da Bahia. Buscamos a

realização de atualizações semestrais.

ção de adolescente (CRITÉRIO MODIFICADO)

Os adolescentes acusados da prática de atos

infrações são, a despeito do que determina

a Constituição, tratados pela sociedade como

se fossem adultos e criminosos. Por essa ra-

zão, tudo que foi dito sobre os internos em

-

Quantidade de internos em estabeleci-

mentos penais (CRITÉRIO MODIFICADO)

Não há população mais excluída e invisibiliza-

da que a população carcerária, especialmente

2

8



estabelecimentos penais se aplica também

aos adolescentes que cumprem medida so-

cioeducativa em meio fechado. A modiﬁcação

metodológica é semelhante: passamos a pe-

sar a quantidade de pessoas e não de esta-

belecimentos de internação.

que seus antepassados sempre foram perse-

guidos e, não raro, mortos por elas. O trabalho

de um(a) defensor(a) junto a essas comunida-

des exige, de forma ainda mais acentuada, a

construção de laços e a busca ativa.

Até a 2ª atualização do plano, não havia trata-

mento diferenciado para esse público na hora

de deﬁnir critérios para a expansão. A partir

de agora, as pessoas em situação de pobreza

pertencentes a povos tradicionais serão pon-

deradas de forma diferente. Haverá uma faixa

de deﬁnição da necessidade diretamente pro-

porcional a este grupo. Adotou-se o sistema

de acréscimo proporcional a um defensor para

cada 15.000 habitantes de povos tradicionais.

Os dados são coletados diretamente na Fundação

da Criança e do Adolescente (Fundac). Buscamos a

realização de atualizações semestrais.

-

Quantidade de defensores exercendo

cargos de administração

A Defensoria Pública é uma instituição au-

tônoma, o que signiﬁca que parte dos seus

membros precisam exercer funções de admi-

nistração. Evidentemente, quem está admi-

nistrando a instituição não está se dedicando

diretamente à elaboração de petições, par-

ticipação de audiências e mesmo ao atendi-

mento ao público. Comarcas que sediam a

Administração Central ou que sediam Regio-

nais, portanto, precisam receber um olhar

diferenciado. Por essa razão, defensores que

exercem tais funções não são computados

como atuantes nas suas comarcas, já que

atuam em âmbito global.

Os dados são coletados diretamente do Con-

selho Estadual das Comunidades e Associa-

ções Quilombolas do Estado da Bahia (CEAQ/

BA) e da Fundação Nacional do Índio (FU-

NAI). Buscamos a realização de atualizações

anuais.

Um dos recursos mais importantes do SIPED

é a possibilidade de projetar cenários futuros

ou até cenários alternativos do passado. Os

cenários levam em conta a quantidade de de-

fensores disponíveis e de comarcas a serem

abrangidas, permitindo vislumbrar a distribui-

ção uniforme em cada momento histórico.

Assim, os gestores podem identiﬁcar erros

anteriores e pensar as ações presentes aten-

tos à sua sustentabilidade no futuro. Ressal-

ta-se, contudo, que da própria natureza dos

critérios, extrai-se o seu caráter dinâmico. To-

-

Quantidade de habitantes de povos tradicio-

nais indígenas ou quilombolas (NOVO CRITÉRIO)

É a maior novidade nesta atualização. Povos

tradicionais possuem demandas e diﬁculdades

especíﬁcas. Enfrentam preconceito histórico,

costumam habitar locais distantes dos municí-

pios, costumam desconﬁar das instituições, já

29



dos os dados variam com o tempo. Logo, é

impossível a criação de um roteiro estanque16

e as projeções sempre precisarão ser revistas.

pleto, que, com base na leitura mais conserva-

dora possível do Mapa da Defensoria Pública,

pesquisa do IPEA, de 867 defensores, sendo

que 40 atuando junto ao Tribunal de Justiça

e 60 exercendo cargos de administração ou

afastados na Associação dos Defensores. Essa

projeção funciona como teto, limite máximo,

para todas as outras, uma vez que seus resul-

tados nunca podem ser ultrapassados.

Outro recurso também importante é a possi-

bilidade de agrupar comarcas. Ele dá instru-

mentos para tratar em conjunto as realidades

de diversas cidades que isoladamente seriam

pequenas, mas enquanto região alcançam

outra dimensão. A deﬁnição de quantos e

quais agrupamentos serão criados deve ser

feito por cada gestor, de acordo com a ava-

liação discricionária do contexto. Essa é mais

uma razão da necessidade de revisão cons-

tante das projeções.

Ressalte-se que o estudo realizado pelo IPEA

em 2013 estabeleceu a necessidade de um

1

7

total de 867 a 1235 defensores públicos para

atender plenamente as demandas da Bahia.

O Sistema serve, portanto, como referência e

como instrumento para nortear e dar seguran-

ça aos gestores no momento de deﬁnir as uni-

dades defensoriais, bem como para dar trans-

parência junto aos órgãos de controle externo

e a sociedade civil. Por um lado, ele não pode

ser visto como critério absoluto, mas, por ou-

tro, seria muito imprudente ignorá-lo.

Ainda reforçando a necessidade de rever as

previsões, destaca-se que sempre há a pos-

sibilidade do surgimento de situações não

apreensíveis pelos dados objetivos do siste-

ma, mas que demandem soluções distintas:

aumento da violência doméstica, incremento

da demanda judicial, existência de comunida-

des indígenas ou quilombolas, necessidade

de voltar a oferecer os serviços onde fora in-

terrompido, necessidade de priorizar deter-

minado Território de Identidade, movimentos

populares pela instalação da Defensoria Públi-

ca, são alguns dos exemplos que podem jus-

tiﬁcar escolhas fora dos parâmetros objetivos.

Há uma projeção, todavia, que jamais pode ser

ignorada. Trata-se da projeção do quadro com-

1

6

Apesar da impossibilidade de deﬁnição de roteiro estanque, o item

Programação de implantações de Regionais” deste documento apresentará

um roteiro provisório.

“

17

http://www.ipea.gov.br/sites/images/downloads/mapa\_defenso-

ria\_publica\_no\_brasil\_19\_03.pdf

3

0



Programação do Aumento Gradativo da Cobertura

As normas legais dão os parâmetros de aná-

lise e o SIPED é uma ferramenta para lê-los e

identiﬁcar os locais que mais demandam re-

forço, dentre os que já estão em atividade, ou

os locais que mais teriam necessidade de ver

instalada a Defensoria Pública em um dado

momento histórico. No entanto, a deﬁnição

de metas para atingir o objetivo de alcançar

todas as comarcas deve ser visto como uma

Política de Estado, que independe de quem

esteja à frente da gestão.

res. Outra parcela pode ser imputada à defa-

sagem da LC 26/2006, que prevê um número

muito pequeno de defensores, totalmente

distanciado da necessidade real. Há, confor-

me o próprio IPEA, a necessidade de aumen-

tar em, pelo menos, 49% o número total de

cargos de defensores previstos. Ainda assim,

já restariam preenchidos 43% dos cargos, fra-

ção muito superior à das comarcas providas.

É evidente que, para corrigir e evitar distor-

ções, é preciso existir um plano para que,

com apoio nos apontamentos do SIPED, cada

gestor conheça a meta que deve ser alcança-

da em cada grupo de nomeações, permitindo

a organização prévia, a curto e a longo prazo,

inclusive nas deﬁnições das propostas orça-

mentárias.

No momento em que é elaborada a 2ª atua-

lização deste plano, a Defensoria Pública

possui 370 defensores(as). Esses(as) defen-

sores(as) são titulares de 45 comarcas, qua-

tro delas ainda não inauguradas (Cachoeira,

Camacan, Luís Eduardo Magalhães e Poções).

Em novembro de 2018, lançamento da pri-

meira versão deste plano, a Defensoria Pú-

blica havia atingido 58% do quadro irreal de

defensores previstos na LC 26/2006, vigente

quando do ingresso deles na carreira, mas

atuava em apenas 15% das comarcas do Es-

tado. Em janeiro de 2022, lançamento da se-

gunda atualização, atingimos 64% do quadro

e possuímos defensores(as) titulares em 22%

das comarcas.

Nesse ponto, deve-se lembrar que o artigo 98

do Ato das Disposições Constitucionais Tran-

sitórias da Constituição Federal, com redação

dada pela Emenda Constitucional 80, de 4 de

junho de 2014, estabeleceu prazo, que se es-

gota em 4 de junho de 2022, para que os ser-

viços da Defensoria Pública cheguem a todo

o Estado. O plano deve ser feito de forma que

seja factível o cumprimento da meta.

Por outro lado, é preciso haver uma forma de

minimizar o problema, enquanto o quadro de

defensores não está completo e nem todas as

comarcas possuam defensores titulares. A tí-

Parcela da explicação dos déﬁcits se deve ao

preenchimento inicial de comarcas maiores,

que, logicamente, precisam de mais defenso-

3

1



tulo de comparação, conforme quadro abaixo,

o Tribunal de Justiça da Bahia, com 595 juízes

(além de 63 desembargadores), está presen-

te de forma ﬁxa em 147 comarcas, provendo

todas as demais por substituição cumulativa.

Destas 147 comarcas, há, pelo menos, 2 juízes

em 62 delas, enquanto as 85 demais possuem

apenas 1 magistrado.

Defensoria Pública da Bahia

Tribunal de Justiça da Bahia

5

95 juízes

Quantidade

370 defensores públicos

(além de 63 desembargadores)

Comarcas abrangidas

por titulares

45 comarcas

(quatro ainda não inauguradas)

1

47 comarcas

Tendo em vista a quantidade de defensores

com atuação junto ao Tribunal de Justiça, fun-

ção equivalente à dos desembargadores, deﬁ-

nida na Lei Complementar 26, serão necessá-

rios 635 defensores no total para que haja 595

deles distribuídos pelas comarcas, pois a esta

altura, deve haver 40 defensores no Segun-

do Grau. Segundo o plano aqui proposto, os

defensores atuariam como titulares em, pelo

menos, 154 comarcas (mais do que as pro-

vidas por juízes titulares atualmente), sendo

possível a cobertura das demais por substitui-

ção cumulativa. Haveria, portanto, a necessi-

dade de duzentos e sessenta e três defenso-

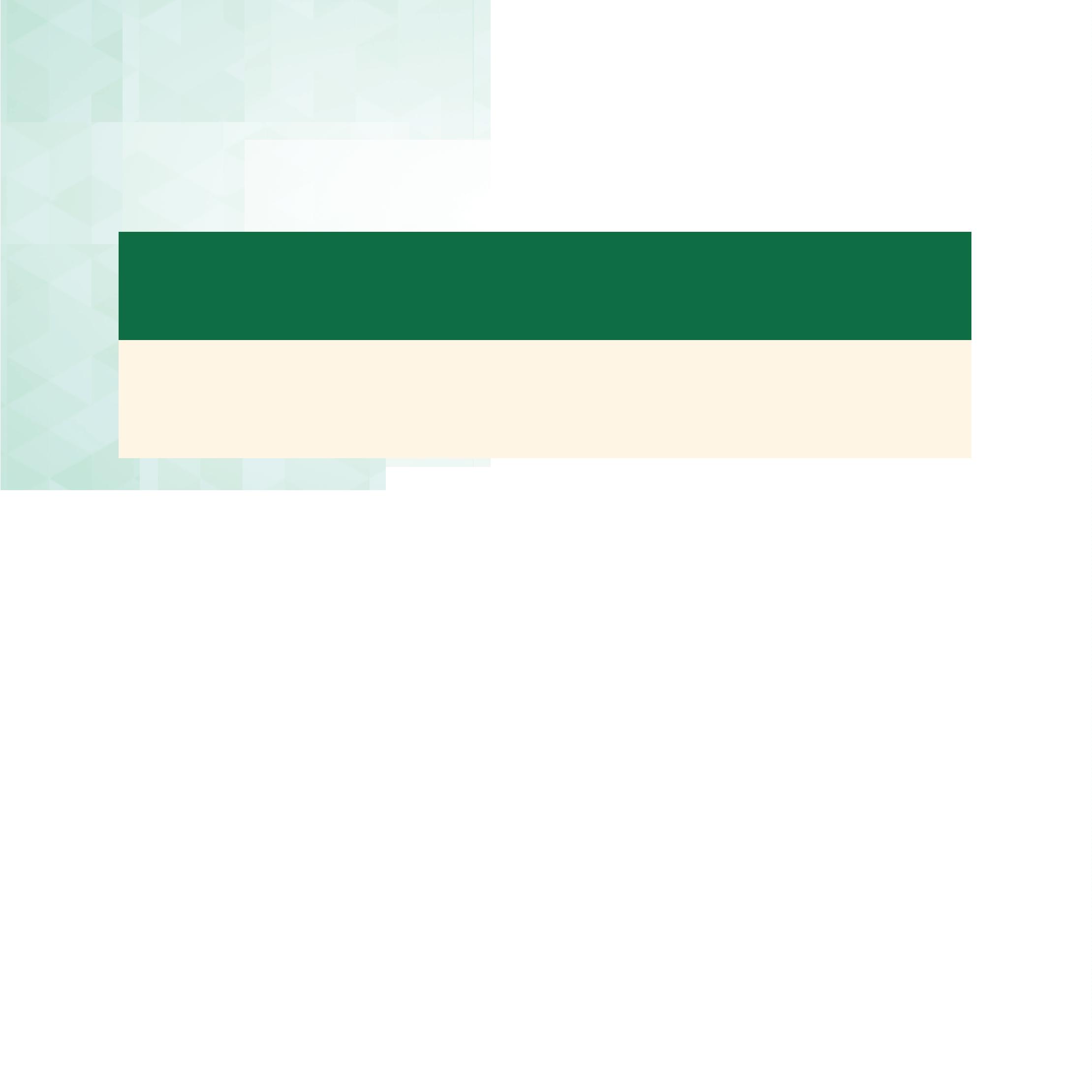
res para evitar que o Estado da Bahia continue

descumprindo a meta constitucional.

Esse plano é apresentado na tabela a seguir:

3

2



Quantidade de

Comarcas abrangidas

por defensores titulares

% Comarcas abrangidas

por defensores

titulares\*

% de preenchimento do

quadro mínimo de defensores

indicado pelo IPEA

Quantidade de

defensores

Nº atual

370

45

50

62

22%

25%

31%

43%

55%

63%

67%

42,67%

46,14%

51,90%

57,67%

63,44%

67,24%

69,20%

400

450

500

550

87

112

128

137

LC 26/2006

583

6

6

00

Nº que igualará a

atual quantidade

35

154

76%

73,24%

de juízes de 1º

Grau que cobre

1

47 Comarcas

6

7

7

8

50

00

50

00

162

187

203

203

80%

92%

100%

100%

74,97%

80,74%

86,51%

92,27%

8

50

203

100%

98,04%

Número mínimo

exigido pelo IPEA

8

67

203

100%

100,00%

\*

Os percentuais tomam como base de cálculo 203 comar-

quantidade delas já é pré-deﬁnida. Como

todas as metas de médio e longo prazo, as

apresentadas aqui também devem ser rea-

valiadas periodicamente, mas é fundamen-

tal que sempre haja a deﬁnição de metas a

longo prazo, para evitar que se inviabilize o

objetivo ﬁnal.

cas, a quantidade existente após desativações e agregações,

segundo ofício nº 1561 de 12 de dezembro de 2019 do Tri-

bunal de Justiça do Estado da Bahia.

Na tabela, ainda estão dispostas as metas

para cada grupo de 50 novos defensores. As

metas aumentam com o decorrer do tem-

po, em razão de que as comarcas tendem a

ser menores e, portanto, passíveis de aten-

dimento por menos defensores, sem perda

de qualidade dos serviços. Deste modo, o

SIPED ajudaria a deﬁnir a quantidade de de-

fensores necessários e as comarcas a serem

contempladas em cada momento, porém a

Pelo plano apresentado, veriﬁca-se como é

possível deﬁnir de modo mais claro as res-

ponsabilidades por um eventual descum-

primento dos ditames constitucionais. Caso

inexistam recursos orçamentários para a

nomeação dos defensores, deve-se apurar

3

3



as escolhas daqueles que deﬁniram os orça-

mentos. Havendo recursos orçamentários,

caso os gestores da Defensoria Pública não

cumpram as metas estabelecidas, seriam as

opções deles que precisariam de investiga-

ção. Como se nota, o trabalho dos órgãos de

controle ﬁca muito facilitado.

Sob outra ótica, a cobertura por titularidade,

que é o modelo ideal, ultrapassaria a meta-

de das comarcas com 550 defensores (63%

do quadro) e atingiria os 100% com 550 (87%

do quadro). Computando-se as substituições

cumulativas, o Estado inteiro estaria assisti-

do com o preenchimento de 73% do quadro

(635 defensores).

3

4



Programação de Implantações de Regionais

As novas redações dos artigos 66 e 260-A18

da LC 26/2006 trouxeram uma ampliação da

quantidade de Regionais, cujas balizas são:

b)

Implantação gradativa das Regionais,

acompanhando o quadro de defensores.

Para o futuro já se apresenta aqui uma proje-

ção de Regionais a serem abertas ao longo do

tempo e os Territórios de Identidade vincula-

dos a elas. Como sempre temos lembrado, as

projeções não são imutáveis, mas apenas um

norte para guiar os gestores e os órgãos de

controle.

a)

Observância dos Territórios de Identidade

na delimitação das Regionais, sempre que possível.

1

8

“Art. 260-A - As Regionais da Defensoria Pública serão instaladas

ou extintas, de acordo com a disponibilidade orçamentária, atendendo aos

seguintes limites:

I - 06 (seis) Regionais, enquanto o quadro total de Defensores for inferior a

300 (trezentos);

II - 10 (dez) Regionais, enquanto o quadro total de Defensores for maior ou

igual a 300 (trezentos) e inferior a 350 (trezentos e cinquenta);

III- 13 (treze) Regionais, enquanto o quadro total de Defensores for maior ou

igual a 350 (trezentos e cinquenta) e inferior a 400 (quatrocentos);

IV - 16 (dezesseis) Regionais, enquanto o quadro total de Defensores for

maior ou igual a 400 (quatrocentos) e inferior a 450 (quatrocentos e cin-

quenta);

V - 19 (dezenove) Regionais, enquanto o quadro total de Defensores for

maior ou igual a 450 (quatrocentos e cinquenta) e inferior a 500 (quinhen-

tos);

VI - 23 (vinte e três) Regionais, enquanto o quadro total de Defensores for

maior ou igual a 500 (quinhentos) e inferior a 550 (quinhentos e cinquenta);

VII - 27 (vinte e sete) Regionais, enquanto o quadro total de Defensores for

maior ou igual a 550 (quinhentos e cinquenta) e inferior a 583 (quinhentos

e oitenta e três).

Parágrafo único - O regimento interno poderá modiﬁcar a distribuição

temática das coordenações dispostas nos incisos do artigo 61 desta Lei

Complementar, para permitir o melhor atendimento do interesse público.”

3

5



3

27 defensores

350 defensores

(Etapa superada)

Regional

400 defensores

450 defensores

500 defensores

550 defensores

(Etapa superada)

Portal do

Sertão, Litoral

Norte e Agreste

Baiano, Sisal,

Piemonte do

Paraguaçu,

Bacia do

Portal do Sertão,

Litoral Norte e

Agreste Baiano,

Sisal, Bacia do

Jacuípe

Portal do Sertão,

Sisal, Bacia do

Jacuípe

Portal do

Sertão, Sisal,

Bacia do Jacuípe

Portal do

Sertão, Bacia

do Jacuípe

Portal do

Sertão, Bacia

do Jacuípe

1

ª

Jacuípe,

Chapada

Diamantina

Sudoeste

Baiano, Sertão

Produtivo,

Médio Sudoeste

da Bahia

Sudoeste

Baiano, Sertão

Produtivo, Médio

Sudoeste da

Bahia

Sudoeste

Baiano, Médio

Sudoeste da

Bahia

Sudoeste

Sudoeste

Baiano, Médio Baiano, Médio

Sudoeste

Baiano

2

ª

Sudoeste da

Bahia

Sudoeste da

Bahia

3

ª

ª

Litoral Sul

Litoral Sul

Litoral Sul

Litoral Sul

Litoral Sul

Litoral Sul

Litoral Sul

Litoral Sul

Litoral Sul

Litoral Sul,

Médio Rio de

Contas

Bacia do

Jacuípe

4

Litoral Sul

Sertão do São

Sertão do São

Francisco,

Sertão do São

Francisco,

Sertão do São

Francisco,

Francisco, Irecê,

Sertão do São Sertão do São

Piemonte Norte Piemonte Norte Piemonte Norte Piemonte Norte

Francisco,

Piemonte da

Diamantina

Francisco,

Piemonte da

Diamantina

5

ª

do Itapicuru,

Piemonte da

Diamantina

do Itapicuru,

Piemonte da

Diamantina

do Itapicuru,

Piemonte da

Diamantina

do Itapicuru,

Piemonte da

Diamantina

Recôncavo, Vale Recôncavo, Vale Recôncavo, Vale

Recôncavo,

Baixo Sul

6

7

ª

ª

do Jiquiriçá,

Baixo Sul

do Jiquiriçá,

Baixo Sul

do Jiquiriçá,

Baixo Sul

Recôncavo

Recôncavo

Metropolitana

de Salvador

Metropolitana

de Salvador

Metropolitana

de Salvador

Metropolitana Metropolitana Metropolitana

de Salvador

de Salvador

de Salvador

Bacia do

Bacia do

Rio Grande,

Bacia do Rio

Rio Grande,

Bacia do Rio

Bacia do

Rio Grande,

Bacia do Rio

Corrente

Bacia do

Rio Grande,

Bacia do Rio

Corrente

Bacia do Rio

Bacia do Rio

8

9

ª

ª

Grande, Bacia do Grande, Bacia

Corrente, Bacia Corrente, Bacia

do Paramirim,

Velho Chico

Rio Corrente

do Rio Corrente

do Paramirim,

Velho Chico

Costa do

Descobrimento,

Extremo Sul

Costa do

Descobrimento,

Extremo Sul

Costa do

Descobrimento,

Extremo Sul

Costa do

Costa do

Costa do

Descobrimento

Descobrimento, Descobrimento,

Extremo Sul

Extremo Sul

Itaparica,

Semiárido

Nordeste II

Itaparica,

Semiárido

Nordeste II

Itaparica,

Semiárido

Nordeste II

1

0ª

Itaparica

Itaparica

Itaparica

3

6



Regional

327 Defensores

350 Defensores

400 Defensores

450 Defensores

500 Defensores

550 Defensores

Chapada

Diamantina,

Irecê, Piemonte

do Paraguaçu

Chapada

Diamantina,

Irecê, Piemonte

do Paraguaçu

Chapada

Diamantina,

Piemonte do

Paraguaçu

Chapada

Diamantina,

Piemonte do

Paraguaçu

Chapada

Diamantina

1

1ª

X

Médio Rio de

Contas

Litoral Norte e

Agreste

Médio Rio de

Contas

Médio Rio de

Contas

Médio Rio de Médio Rio de

Contas Contas

12ª

13ª

14ª

X

X

X

Litoral Norte e Litoral Norte e Litoral Norte e Litoral Norte e

Agreste

Sertão

Produtivo

Agreste

Sertão

Produtivo

Agreste

Agreste

Sertão

Produtivo

Sertão

Produtivo

X

Velho Chico,

Bacia do

Paramirim

Velho Chico,

Bacia do

Paramirim

Velho Chico,

Bacia do

Paramirim

Velho Chico,

Bacia do

Paramirim

1

5ª

X

X

Vale do

Jiquiriçá

Vale do

Jiquiriçá

Irecê

Semiárido

Nordeste II

Vale do

Jiquiriçá

Irecê

Semiárido

Nordeste II

Vale do

Jiquiriçá

Irecê

Semiárido

Nordeste II

16ª

17ª

18ª

19ª

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

Sisal

Sisal

Sisal

Piemonte

Norte do

Itapicuru

Piemonte

Norte do

Itapicuru

20ª

21ª

22ª

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

Baixo Sul

Baixo Sul

Médio

Sudoeste da

Bahia

Médio

Sudoeste da

Bahia

2

2

3ª

4ª

X

X

X

X

X

X

X

X

Extremo Sul

Extremo Sul

Piemonte do

Paraguaçu

X

Piemonte da

Diamantina

Bacia do Rio

Corrente

Bacia do

Paramirim

25ª

26ª

27ª

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

37



PROGRAMAÇÃO DE SUPRIMENTO DAS COMARCAS POR TITULARIDADE

(NÃO INCLUI OS PROVIMENTOS POR SUBSTITUIÇÕES CUMULATIVAS)

O quadro a seguir estabelece uma projeção

de suprimento das comarcas por titularida-

des. Antes de lê-lo é preciso ter em mente o

seu caráter dinâmico, ou seja, a possibilida-

de e probabilidade de mudanças ao longo do

tempo, uma vez que as populações e o qua-

dro de juízes em cada local são variáveis. Além

disso, questões administrativas e ﬁnanceiras

podem ser decisivas para conﬁrmar ou não

a previsão inicial. Por último, lembre-se que

há inúmeras situações sociais não abarcadas

por dados objetivos estanques.

Ressalta-se, ainda, o fato de a presente pro-

jeção não abarcar os provimentos por subs-

tituições cumulativas, mas apenas por titu-

laridade. Isso quer dizer que a Defensoria

chegará em mais comarcas do que o estabe-

lecido aqui em cada marco apresentado.

Quantidade de defensores

Comarcas

Grupo 1 (Comarcas com defensores lotados e já implantadas):

Alagoinhas, Amargosa, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Camaçari,

Candeias, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Esplanada, Euclides da Cunha,

Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Ilhéus, Ipiaú, Ipirá, Irecê, Itaberaba,

Itabuna, Itaparica, Itapetinga, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas,

Nazaré, Paripiranga, Paulo Afonso, Porto Seguro, Ribeira do Pombal, Salvador,

Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Santo Estevão, Senhor do Bonﬁm,

Serrinha, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista

3

70 (Quadro atual)

Grupo 2 (Comarcas com defensores lotados e aguardando implantação):

Cachoeira, Camacan, Luís Eduardo Magalhães e Poções

5

NOVAS COMARCAS - Previsão inicial:

3

4

72 a 400

01 a 450

Campo Formoso, Casa Nova, Catu, Irará e Riachão do Jacuípe

1

2 NOVAS COMARCAS - Previsão inicial:

Caetité, Canavieiras, Cícero Dantas, Gandu, Itamaraju, Jaguaquara,

Jeremoabo, Livramento de Nossa Senhora, Macaúbas, Maragojipe, Morro do

Chapéu e Seabra

2

5 NOVAS COMARCAS - Previsão inicial:

Barra do Choça, Barra da Estiva, Caculé, Camamu, Canarana, Carinhanha,

Chorrochó, Entre Rios, Iguaí, Inhambupe, Iraquara, Itacaré, Mata de São

João, Nova Viçosa, Paramirim, Pindobaçu, Prado, Remanso, Rui Barbosa,

Santa Cruz de Cabrália, Santa Maria da Vitória, São Francisco do Conde,

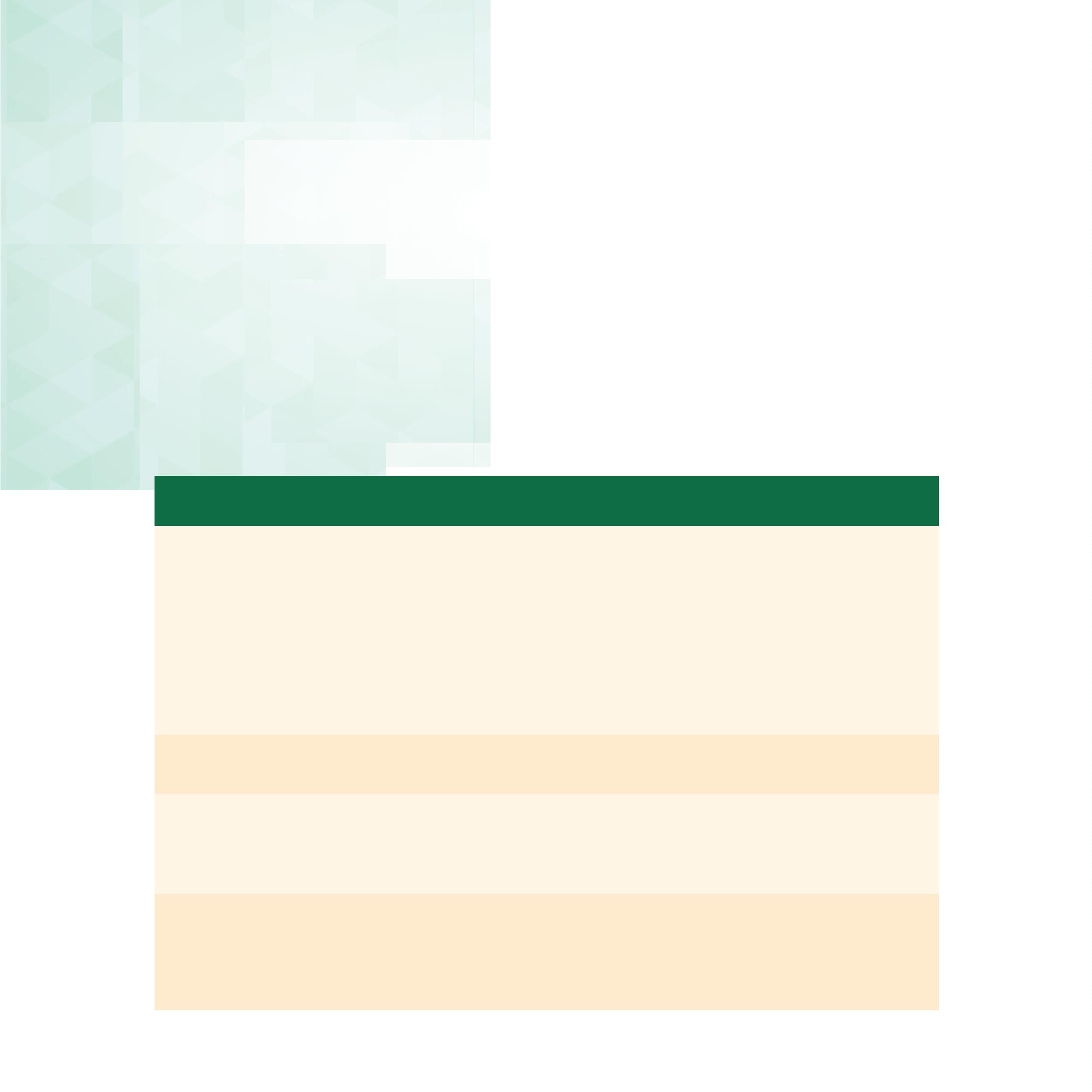
São Gonçalo dos Campos, Tucano e Xique Xique

4

51 a 500

3

8



Quantidade de defensores

Comarcas

2

5 NOVAS COMARCAS - Previsão inicial:

Anagé, Araci, Barra, Barra do Mendes, Capim Grosso, Coaraci, Formosa

do Rio Preto, Ibotirama, Itanhém, Itapicuru, Itororó, João Dourado, Monte

Santo, Palmas de Monte Alto, Piatã, Riacho de Santana, Santa Rita de Cássia,

Santana, São Sebatião do Passé, Serra Dourada, Uauá, Ubaíra, Ubaitaba,

Urandi e Valente

5

01 a 550

2

5 NOVAS COMARCAS - Previsão inicial:

Andaraí, Belmonte, Castro Alves, Cândido Sales, Conde, Coribe, Correntina,

Cotegipe, Itajuípe, Itarantim, Ituaçu, Ituberá, Jaguarari, Lapão, Mairi,

Macarani, Medeiros Neto, Mucuri, Muritiba, Nova Soure, São Felipe, Planalto,

Pojuca, São Desidério e Tanque Novo

5

51 a 600

01 a 650

2

5 NOVAS COMARCAS - Previsão inicial:

Baianópolis, Cansanção, Caravelas, Cipó, Côcos, Condeúba, Curaçá, Ibicaraí,

Itiúba, Laje, Maracás, Mundo Novo, Oliveira dos Brejinhos, Queimadas,

Riachão das Neves, Rio Real, Santa Terezinha, Santaluz, Saúde, Sento Sé,

Taperoá, Teoﬁlândia, Terra Nova, Ubatã e Uruçuca

6

2

5 NOVAS COMARCAS - Previsão inicial:

Amélia Rodrigues, Antas, Belo Campo, Capela do Alto Alegre, Conceição do

Jacuípe, Coração de Maria, Encruzilhada, Guaratinga, Iaçu, Itabela, Itagibá,

Itambé, Jacaraci, Miguel Calmon, Mutuípe, Olindina, Pilão Arcado, Piritiba,

Presidente Jânio Quadros, Santa Bárbara, Santa Inês, Tremedal, Una, Utinga

e Wenceslau Guimarães

6

51 a 700

01 a 750

1

6 NOVAS COMARCAS - Previsão inicial:

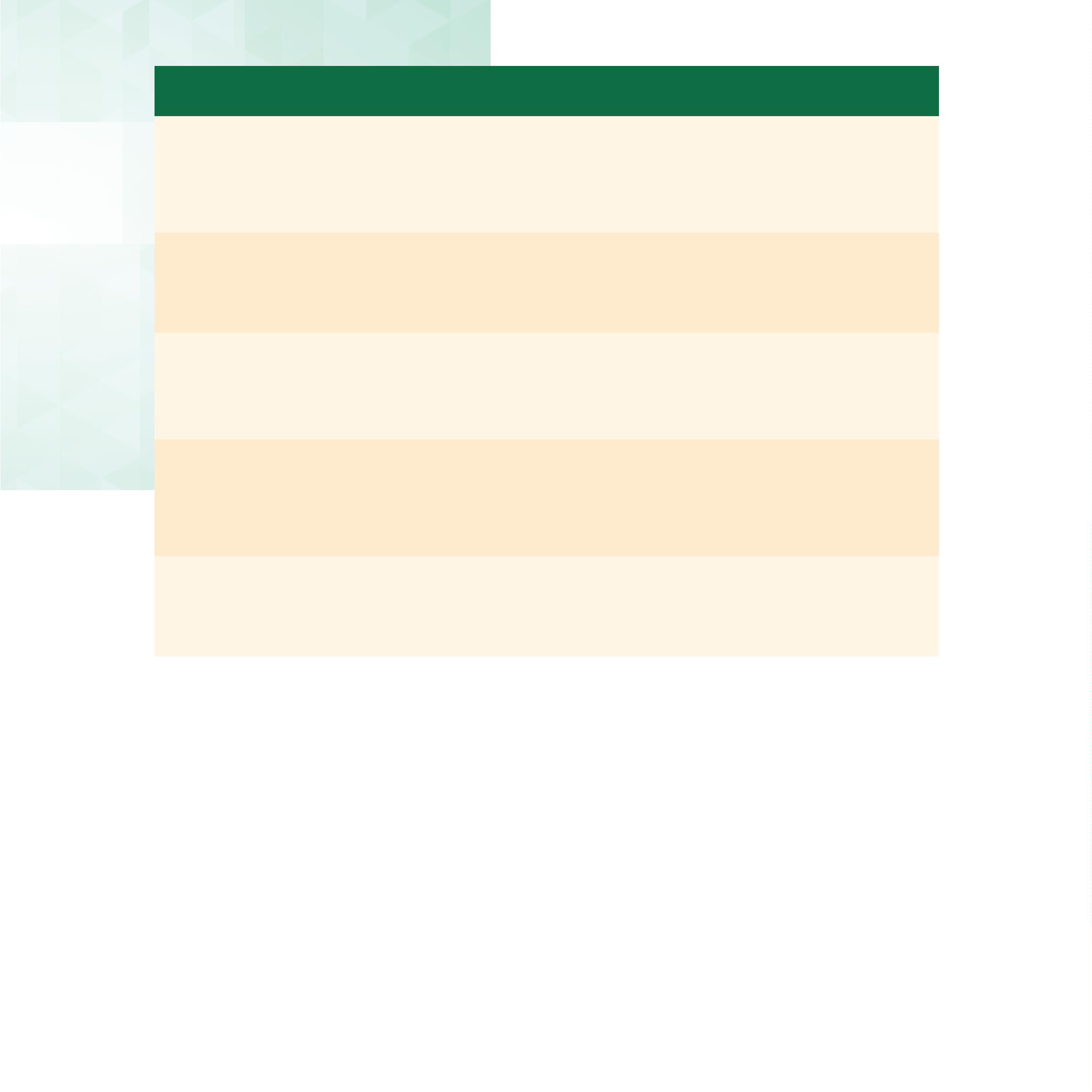
Central, Conceição do Almeida, Dias D’Ávila, Gentio do Ouro, Governador

Mangabeira, Ibirapuã, Ibirataia, Igaporã, Lençóis, Retirolândia, São Felix,

Sapeaçu, Sobradinho e Tanhaçu

7

39



Conclusão

No presente documento, apresentamos o ar-

cabouço legal que impõe as balizas para lo-

tação de defensores públicos na Bahia, espe-

cialmente os princípios da interiorização e da

universalização dos serviços. Demonstramos

como o tema foi inserido com especial relevo

no Planejamento Estratégico da Instituição.

para ações futuras. Ele fecha um ciclo e ofe-

rece um grau de transparência inédito na De-

fensoria Pública da Bahia. Toda a sociedade

saberá como se chegou ao seu resultado.

A existência de um plano de atuação possi-

bilita que os gestores da Defensoria Pública

atuem de forma séria, responsável, menos

sujeita a pressões ou disputas políticas inter-

nas. Possibilita também que representantes

dos Poderes Executivo e Legislativo tenham

mais conhecimento da realidade e das neces-

sidades da Instituição, especialmente quando

tratarem de Planos Plurianuais, Orçamentos

e Leis de Diretrizes Orçamentárias. Saberão

que os recursos destinados a esta Instituição

têm uma ﬁnalidade concreta e palpável.

Também explicamos o funcionamento do

inovador Sistema Informatizado de Planeja-

mento de Expansão e anunciamos as metas

estabelecidas da quantidade de comarcas

a serem atingidas, de acordo com a quan-

tidade de defensores. Para isso, utilizamos

como parâmetro para evitar metas irreais,

a distribuição concreta de juízes no Estado

pelo Poder Judiciário.

Deﬁnidos os objetivos para cada etapa, apre-

sentamos dois roteiros para concretizá-los:

Programação da instalação dos serviços de-

fensoriais por titularidade, utilizando como

base os dados do SIPED, e Programação da

organização administrativa em Regionais, uti-

lizando como base os Territórios de Identida-

de. Sempre ressaltamos o caráter dinâmico

dessas programações, em função do dina-

mismo dos próprios critérios de organização.

Por ﬁm, a elaboração e a publicidade do

planejamento permite que os órgãos de

controle atuem com segurança para evitar

que o cumprimento da Constituição seja

algo sempre relegado ao futuro incerto, a

condições inﬁnitas e sucessivas. A defasa-

gem do agora não pode ser pretexto para a

sua própria eternização.

Encerramos o trabalho com a consciência e

a tranquilidade do dever cumprido, mistura-

das à certeza de que o processo de expansão

está apenas começando e que novos desa-

ﬁos, quiçá mais difíceis, virão em breve. Que

tenhamos a sabedoria de entender a gran-

Desenvolvido o plano em si, realizamos e re-

gistramos aqui o primeiro processo de de-

ﬁnição de lotações após a sua existência. O

material servirá de registro histórico e de guia

4

0



deza do momento presente, mas também a

imensidão do futuro que nos aguarda.

.

.. os que estavam sentados próxi-

mos da porta se levantaram para

saudá-los; assim que viram isso,

os outros acreditaram ter também

que os cumprimentar, de forma que

todos se levantaram quando os dois

passaram. Nunca ﬁcaram inteira-

mente eretos, as costas se curva-

vam, os joelhos se dobravam, per-

maneciam em pé como mendigos .

1

9

Se unirmos os esforços, as costas não con-

tinuarão a se curvar em nenhuma cidade

baiana, Kafka.

1

9

KAFKA, Franz, O processo. Companhia das Letras, 2005: São

Paulo. Tradução: Modesto Carone.p.67.

41



Defensor Público Geral:

Rafson Saraiva Ximenes

Revisão:

Ingrid Carmo

ASCOM DPE/BA

Capa e editoração:

Aline Sales Santos e José Lucas Costa Oliveira

ASCOM DPE/BA

Coordenação de produção:

Alexandre Lyrio

ASCOM DPE/BA

3ª edição (janeiro/2022)

D313e

BAHIA, Defensoria Pública do Estado da

Plano de expansão da Defensoria Pública/ Defensoria

Pública do Estado da Bahia. - 3ª. ed. - Salvador:

ESDEP, 2019. 42 p. : il.

Autoria: Clériston Cavalcante de Macêdo/Rafson

Saraiva Ximenes

1

. Defensoria Pública -. 2. Planejamento Estratégico.

. Plano de Expansão. 4. Direito. I. Título.

3

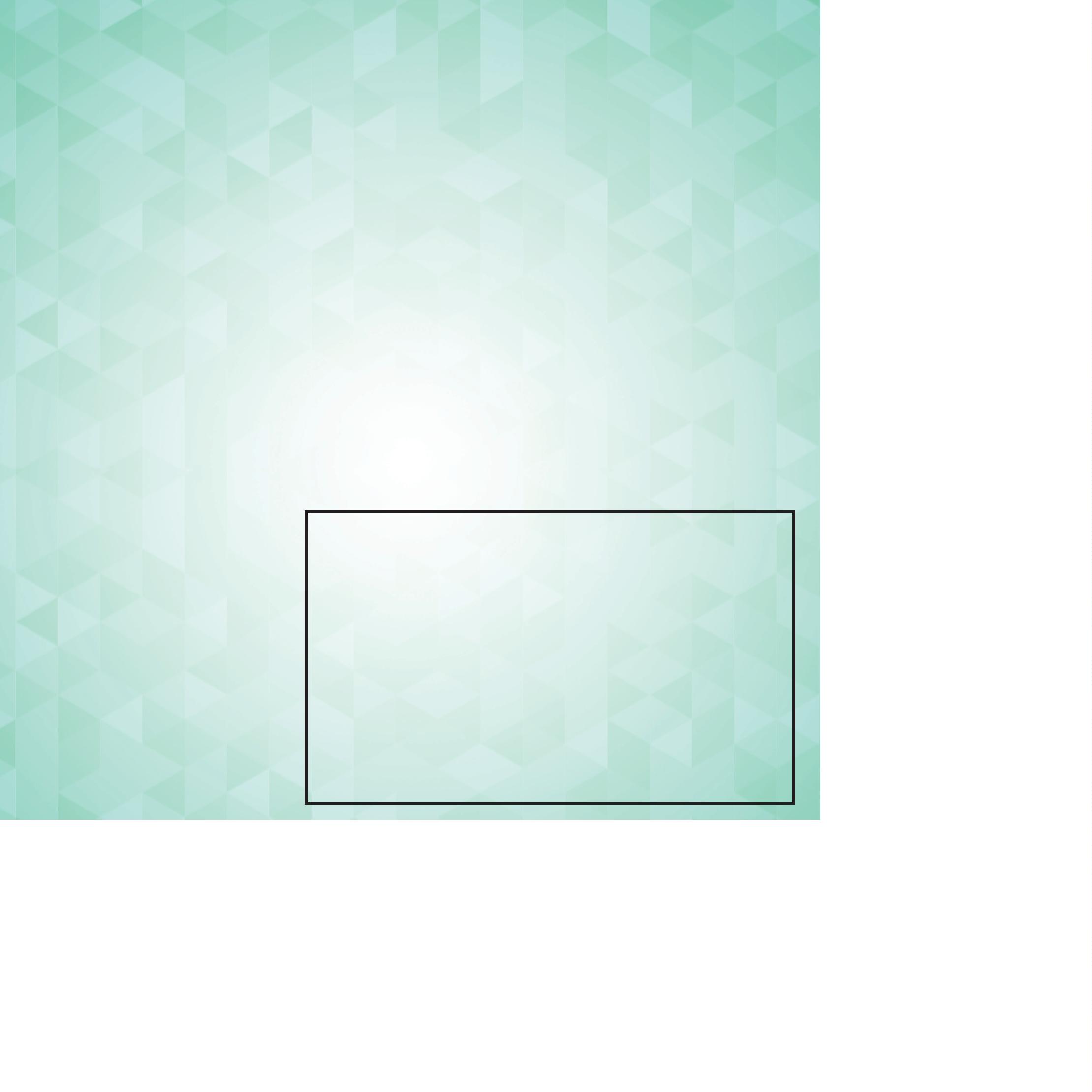
CDD 341.13

Defensoria Pública do Estado da Bahia

Avenida Ulisses Guimarães, nº 3386, Edf. MultiCab Empresarial

CEP 41745-007, Sussuarana, Salvador - Bahia

www.defensoria.ba.def.br



www.defensoria.ba.def.br

